

A INSERÇÃO DE CLASSE DOS ASSALARIADOS NÃO-MANUAIS: UM DEBATE COM A BIBLIOGRAFIA MARXISTA

*PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA*¹

Uma das polêmicas que tem motivado a teoria social, particularmente a marxista, é a inserção de classe dos trabalhadores assalariados não-manuais. A diversidade terminológica conferida a este segmento social – classe média, proletários educados, terciários, colarinhos brancos, nova pequena burguesia, posições contraditórias de classe, assalariados médios, grupos funcionais – é apenas uma mostra diante da polêmica propriamente dita travada pela bibliografia.

O objetivo deste texto é discutir o encaminhamento dado pelo pensamento marxista à inserção daqueles trabalhadores na estrutura de classes.

Motivados pelo crescimento significativo dos assalariados não-manuais, verificado a partir do século XX, e pela nova configuração da estrutura ocupacional, alguns sociólogos lançaram-se na empreitada de analisar os limites de classe entre os assalariados manuais e os assalariados não-manuais. Por um lado, o debate teórico buscou equacionar o pertencimento de classe dos assalariados não-manuais em três direções: fundindo-os aos proletários, aos burgueses, ou tendo uma inserção específica de classe. Por outro lado, este debate foi aguçado pela necessidade de compreender as po-

¹ Professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC - Campinas) e pesquisadora do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp - Cemarx.

sições políticas assumidas por aqueles trabalhadores em diferentes conjunturas. Algumas questões – como as que se seguem – tornaram-se recorrentes. Do lado de quem estão os assalariados não-manuais? A proletarização sócio-econômica levou este segmento de trabalhadores a um alinhamento com o movimento operário? Ou ainda: os assalariados não-manuais, por se constituírem como classe, teriam uma orientação e, em consequência, um comportamento político, invariavelmente, anti-operários? Vejamos o debate teórico sobre a inserção de classe dos assalariados não-manuais.

Dentro da tradição marxista, até aproximadamente a década de 1970, a maioria dos autores trabalhava com um conceito amplo de proletariado. Baseada na tese marxiana da bipolarização social presente no *Manifesto do Partido Comunista*, a totalidade das análises concebia os assalariados não-manuais como proletários. A tendência central na teoria marxiana era, ao mesmo tempo em que Marx sugeria um crescimento das classes médias, a polarização das relações de classe no desenvolvimento capitalista². Teóricos e intelectuais comunistas ou marxistas reduziam a determinação de classe ao assalariamento, na medida em que concebiam a compatibilidade da divisão entre trabalho manual e trabalho não-manual com o socialismo. Para estes autores, a divisão do trabalho não seria um elemento inerente ao capitalismo, mas próprio a toda formação social - inclusive à socialista. Diante das hipóteses que colocavam em xeque o papel hegemônico e revolucionário da classe operária, e em função do fenômeno da terciarização³, a solução encontrada pelos marxistas foi, então, acrescentar os trabalhadores não-manuais ao operariado, supondo, assim, que a predominância numérica dos operários fosse condição para sua hegemonia política. Essa concepção é evidente em uma coletânea, publicada no início da década de 1960, composta por artigos de intelectuais comunistas³. Presos à tese da bipolarização social,

² Karl Marx, Friedrich Engels, *O Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Avante, 1975.

³ É o caso dos trabalhos de inspiração weberiana. C. Wright Mills, *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 e David Lockwood, *El trabajador de la clase media: un estudio sobre la consciencia de clase*. Madrid: Aguilar, 1962.

³ Alexei Rumiantsev (org.), *La estructura de la clase obrera de los países capitalistas*. Praga: Paz y Socialismo, 1963.

tais intelectuais analisam os reflexos da etapa monopolista do capitalismo na estrutura de classes, mais precisamente, o aumento numérico dos assalariados não-manuais. Argumentam que os assalariados não-manuais engrossariam as fileiras operárias, mantendo-se assim a capacidade hegemônica do proletariado latente.

Braverman, no início da década de 70, sustentava a mesma tese da fusão dos trabalhadores de escritório e comerciários do setor atacadista e de supermercados ao operariado⁴. Braverman acrescentava, entretanto, um novo enfoque à questão. Partia do princípio segundo o qual aqueles trabalhadores não podiam, na fase do capitalismo monopolista, fazer parte da classe média. A distinção entre trabalho manual e trabalho não-manual não valeria mais no moderno mundo do trabalho nos escritórios e em certos setores do comércio. A gerência científica teria concentrado as tarefas de coordenação do processo de trabalho e padronizado de tal forma o trabalho nos escritórios que, tal como na fábrica, os processos que antes eram evidentemente mentais se tornaram repetitivos e rotineiros, vale dizer, manuais. A automação, a origem social proletária e o emprego de trabalhadores não-qualificados são apresentados como critérios suficientes para posicionar os assalariados não-manuais na mesma classe dos operários. Apesar de inserir os assalariados não-manuais no proletariado, Braverman constituiria, até aquele momento, exceção dentro da tradição marxista na medida em que lançava mão de outros critérios, além do mero assalariamento, na determinação de classe dos não-manuais.

O fenômeno da proletarização dos assalariados não-manuais começou a ser problematizado, dentro da teoria marxista, a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. No livro, *Poder Político e Classes Sociais*⁵, o conceito ampliado de proletariado é o centro das críticas de Poulantzas. A contribuição deste autor é significativa – e talvez a mais importante – no debate marxista sobre os trabalhadores não-manuais. Para Poulantzas, as relações de produção – ao contrário da aceitação que dominava a tradição marxista –

⁴ Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

⁵ Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: François Maspero, 1968.

não se reduzem às relações econômicas⁶. Neste sentido, seria um equívoco estabelecer a discussão sobre o pertencimento de classe dos assalariados não-manuais – que Poulantzas denomina nova pequena burguesia – a partir de critérios estritamente econômicos e, no limite, restringir esse critério ao assalariamento. O caráter produtivo ou improdutivo do trabalho é igualmente necessário para situar, nas relações econômicas, aquele segmento social. Não obstante o crédito à propriedade dos meios de produção e ao caráter do trabalho, as relações políticas e ideológicas são igualmente fundamentais na determinação de classe, dada a polarização característica da nova pequena burguesia relativamente à burguesia e à classe operária. Segundo Poulantzas, disposições ideológicas comuns unificariam a pequena burguesia tradicional e os assalariados não-manuais em uma nova classe – denominada por ele de 'nova pequena burguesia'. O individualismo pequeno-burguês, a ideologia da ascensão social, a meritocracia e o mito do Estado protetor comporiam os traços ideológicos principais da nova pequena burguesia.

A defesa mais contundente da proletarianização dos assalariados não-manuais, no debate marxista recente, foi feita por Olin Wright⁷. O lugar de classe dos trabalhadores não supervisores, não autônomos e improdutivos é a classe operária, afirma Olin Wright, que aposta na unidade ideológica dos trabalhadores produtivos e improdutivos, ao contrário de Poulantzas. Ele pergunta-se: faltará aos trabalhadores improdutivos em geral um interesse de classe no socialismo? A resposta a esta pergunta foi, em seu primeiro trabalho, teórica⁸. Tanto faz, para o capital, se o trabalhador produz mais-valia diretamente – assalariado produtivo – ou apenas reduz os custos para o capitalista se apropriar de parte da mais-valia produzida em outro setor – assalariado improdutivo. O capitalista tudo fará para aumentar a produtividade, estender a jornada de trabalho, levar os salários aos mais baixos patamares e, finalmente, eliminar todas as possibilidades de controle do processo de trabalho. Há uma coincidência de interesses entre produtivos e improdutivos

⁶ Idem.

⁷ Erick Olin Wright, “O que é neo e o que é marxista na análise neomarxista das classes?” In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no. 12, outubro de 1983, p. 9-39.

⁸ Erick Olin Wright, *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

e, portanto, de atitudes de classe face ao socialismo: este último seria concebido por todos os assalariados como requisito para eliminar a exploração. Num artigo mais recente, intitulado “O que é neo e o que é marxista na análise neomarxista das classes?”, Olin Wright reafirma sua posição, tomando por base, contudo, pesquisas empíricas. Olin Wright realizou uma enquete que explorava a proximidade/distância entre as atitudes de classe dos trabalhadores improdutivos relativamente aos trabalhadores produtivos. Ele concluiu, pelas respostas dadas, que havia mais proximidade do que distância entre as posições destes dois segmentos de trabalhadores. E, finalmente, derivou deste dado empírico que haveria uma fusão dos trabalhadores improdutivos e dos produtivos na mesma classe.

No Brasil, a polêmica sobre os assalariados não-manuais encontrou um novo impulso com os trabalhos de Décio Saes⁹. As proposições de Saes são devedoras das primeiras análises de Poulantzas, que desenvolveu um conceito restrito de classe operária e, por esta via, lançou uma discussão mais abrangente – e complexa – sobre os trabalhadores não-manuais. As análises de Poulantzas são, entretanto, apenas em parte aceitas por Saes. A solução encontrada por Poulantzas através do conceito de nova pequena burguesia teria problemas, na medida em que incluiria, na mesma classe, pequeno-burgueses e assalariados não manuais. Além deste equívoco, Saes considera que haveria uma unidade ideológica própria dos assalariados não-manuais: a ideologia da meritocracia. Na concepção de Saes, mesmo existindo uma heterogeneidade de práticas e orientações entre os assalariados não-manuais, haveria uma unidade ideológica entre eles. Vejamos.

A hipótese de Saes para explicar a inserção dos assalariados não-manuais na classe média parte do conceito de ideologia da meritocracia. Para Saes, a classe média não é um bloco homogêneo, nem pode ser caracterizada no nível econômico, exclusivamente. Trabalhador improdutivo e classe média não seriam conceitos coincidentes, pois a posição comum no processo social de produção – ou seja, o fato de não participarem diretamente do pro-

⁹ Décio Saes, “Classe média e políticas de classe: uma nota teórica”. In: *Contraponto*. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Noel Nutels, n.2, novembro de 1977, p. 96-102 e *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

cesso de produção de mais-valia, ao contrário dos produtivos – parece-lhe insuficiente para produzir uma orientação ideológica e política comuns.

A classe operária, segundo Saes, pela sua condição de produtores diretos de mais-valia, vive cotidianamente a oposição entre capital e trabalho. Tal oposição impediria que a hierarquia dos salários ou a escala de qualificações, por exemplo, neutralizasse a tendência à sociabilidade. Para os assalariados improdutivos porém a questão é distinta. A condição de trabalhador improdutivo, para Saes, produz um efeito muito particular sobre este subconjunto de assalariados: dificulta que eles concebam a separação entre trabalho manual e trabalho não-manual como uma contradição fundamental das relações capitalistas.

Ora, se o fenômeno do despotismo está presente também nos escritórios – como apontava Braverman – nas instituições públicas e mesmo no comércio, ele não produz o mesmo efeito sobre estes trabalhadores. A separação entre trabalho manual e trabalho não-manual aparece para tais trabalhadores como uma hierarquia natural fundamentada nos dons e nos méritos pessoais. Mais precisamente, a ideologia da meritocracia à medida que apaga da consciência destes trabalhadores o fato de serem explorados tanto quanto os assalariados produtivos, substitui tal contradição pelas diferenças: o sentimento de superioridade, o preconceito, a marginalização social e inúmeras formas de segregação social – representações sociais tão comuns entre os assalariados não-manuais – seriam reações à igualização social dos trabalhadores. Os assalariados não-manuais, por estarem sob efeito da ideologia da meritocracia, concebem suas relações de trabalho como relações entre pessoas ou, no limite, como relações entre grupos profissionais, bem como as desigualdades sociais como diferenças de capacidades, oportunidades, talentos, dons, vontades, esforços; enfim, diferenças individuais. Assim, seria a submissão à ideologia da meritocracia o elemento que definiria a inserção dos setores médios – isto é, dos assalariados não-manuais – numa classe específica.

Outra importante contribuição do trabalho de Saes foi ter analisado o fracionamento da classe média. A variação nas orientações e nas práticas políticas dos setores médios nas conjunturas – questão que sempre intrigou

os analistas políticos – deve ser entendida como um fenômeno complexo e não redutível à determinação econômica. Para Saes, trata-se de um equívoco derivar a inserção de classe, burguesa ou operária, dos assalariados não-manuais das posições defendidas por eles. O fenômeno da basculagem deve ser entendido como característico da classe média, ou seja, a “(...) recusa à equalização social é o limite dentro do qual os grupos médios podem oscilar à esquerda e à direita, *sem perder por isso sua identidade*¹⁰”. A partir das contribuições de Saes, um amplo campo de estudos dentro do marxismo, como por exemplo sobre o sindicalismo de classe média, foi fecundado.

A inserção dos assalariados não-manuais na estrutura de classes, como vimos, não é um questão teórica esquemática, nem consensual. A polêmica foi, e continua sendo, uma de suas marcas. O esforço de enfrentá-la acompanhou o pensamento marxista desde a sua origem. Desconsiderar, pois, tal polêmica é, no mínimo, querer escamotear a complexidade da realidade social.

¹⁰ Décio Saes, *Classe média e sistema político no Brasil*, op.cit., p.15. Os grifos são nossos.